

ATA DA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 09-6-2021.

Aos nove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Lourdes Sprenger, Mauro Zacher e Moisés Barboza. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 208/21 (Processo nº 0545/21), de autoria de Claudio Janta; o Projeto de Lei do Legislativo nº 041/21 (Processo nº 0145/21), de autoria de Comandante Nádia; o Projeto de Lei do Legislativo nº 136/21 (Processo nº 0358/21), de autoria de Jessé Sangalli; o Projeto de Resolução nº 016/21 (Processo nº 0247/21), de autoria de Jessé Sangalli e Alexandre Bobadra; o Projeto de Lei do Legislativo nº 207/21 (Processo nº 0543/21), de autoria de José Freitas; o Projeto de Resolução nº 025/21 (Processo nº 0540/21), de autoria de Lourdes Sprenger; o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 019/21 (Processo nº 0449/21), de autoria de Roberto Robaina. Também, foram apregoados os seguintes requerimentos, deferidos pelo Presidente, solicitando o desarquivamento de proposições: de autoria de Daiana Santos e Giovani e Coletivo, para o Projeto de Lei do Legislativo nº 336/17 (Processo nº 3003/17); de autoria de Jonas Reis, para o Projeto de Lei do Legislativo nº 298/15 (Processo nº 2959/15). Durante a sessão, foram aprovadas as Atas da Décima Nona, Vigésima, Vigésima Primeira, Vigésima Segunda, Vigésima Terceira, Vigésima Quarta, Vigésima Quinta, Vigésima Sexta, Vigésima Sétima, Vigésima Oitava, Vigésima Nona, Trigésima e Trigésima Primeira Sessões Ordinárias. A seguir, por solicitação de Daiana Santos, Leonel Radde, Idenir Cecchim, Mônica Leal, Pedro Ruas, Cláudia Araújo, Jonas Reis, Aldacir Oliboni e Gilson Padeiro, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Bruno Ostrovski, a Aline Nunes, a Paulo Roberto dos Santos Onofre, a Heitor José Müller, a Raul Portanova, a Giovane Alves dos Santos, a Leomar José Foscarini e a Elpidio Melo. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Fernanda Barth, Pedro Ruas, Idenir Cecchim, Cláudia Araújo, Leonel Radde, Roberto Robaina, Hamilton Sossmeier, Comandante Nádia, Daiana Santos, Pablo Melo, Ramiro Rosário, Alexandre Bobadra, Jessé Sangalli, Airto Ferronato, Mauro Pinheiro e Claudio Janta. Em continuidade, foi aprovado requerimento verbal formulado por Márcio Bins Ely, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, esteve, em 3ª sessão, o Projeto de Lei do Executivo

nº 005/21, discutido por Pedro Ruas. Às dezesseis horas e trinta e sete minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Reginete Bispo, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Márcio Bins Ely e Comandante Nádia. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Boa tarde a todos e a todas; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e três Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Há quórum.

Vereadora Daiana Santos (PCdoB) (Requerimento): Solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do filho da Ver.^a Sandra Picoli, do PCdoB de Erechim, nossa camarada, o Bruno Ostrovski, um jovem, não tinha 30 anos, faleceu na última segunda-feira. Também nosso parceiro, o companheiro do PSOL Márcio Chagas perdeu a esposa, Aline Nunes, solicito um minuto de silêncio. Em homenagem a esses dois parceiros que, com essa perda na família, também ficamos sentidos por eles, estendemos os sentimentos da bancada do PCdoB.

Vereador Leonel Radde (PT) (Requerimento): Queria me solidarizar com a Ver.^a Daiana sobre a esposa do nosso companheiro Chagas, também pedir um minuto de silêncio para o comissário Paulo Roberto dos Santos Onofre, que veio a óbito devido a complicações da Covid.

Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento): Presidente, quero me associar aos pedidos de um minuto de silêncio e solicitar uma homenagem ao para Heitor José Müller, ex-presidente da FIERGS, um grande empresário, um homem de visão do futuro, não pensava só na empresa e no lucro, mas, sim, tinha um alcance e uma visão social muito importante; ele nos deixou no dia de ontem.

Vereadora Mônica Leal (PP): Uno-me ao Ver. Cecchim na solicitação de minuto de silêncio ao Heitor Müller, de Montenegro, que foi presidente da FIERGS.

Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Requerimento): Presidente, nós tivemos, em Porto Alegre, no Estado, um pioneiro na advocacia previdenciária, o Dr. Raul Portanova, que, infelizmente, perdeu a vida anteontem e deixa uma lacuna extraordinária em toda a comunidade jurídica do Rio Grande do Sul. Peço um minuto

de silêncio em homenagem ao Dr. Raul Portanova e me associo aos pedidos de minuto de silêncio para a companheira Aline Chagas, esposa de Márcio Chagas.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Quero reforçar o pedido de um minuto de silêncio do Ver. Cecchim e da Ver.^a Mônica ao Sr. Heitor Müller, que foi presidente da FIERGS por dois mandatos consecutivos – meu marido trabalhou mais de 20 anos na FIERGS –, ele também foi fundador da Frangosul e vereador em Montenegro. Deixa um grande legado para a nossa sociedade.

Vereador Jonas Reis (PT) (Requerimento): Presidente, quero me associar aos pedidos de um minuto de silêncio, não só aos demais, mas também em nome do Giovane Alves dos Santos, servidor da gerência de manutenção do DMAE, que tão jovem, com 52 anos, nos deixou. Infelizmente teve uma parada cardiorrespiratória, ele era alegre, trabalhador, lutador, sempre na luta por um DMAE público, um DMAE forte, vai deixar muita saudade na gerência, no DMAE, um servidor público exemplar. Deixo à família minhas condolências e peço que seu nome conste nos autos desta sessão. Muito obrigado.

Vereador Aldacir Oliboni (PT) (Requerimento): Além de me associar aos pedidos de um minuto de silêncio dos colegas, quero registrar o falecimento do nosso prefeito municipal de Sananduva, minha terra natal, Leomar Foscarini, mais conhecido como professor Kiki, que foi reeleito agora na última legislatura e, infelizmente, veio a falecer de Covid-19 aqui em Porto Alegre. Peço lembranças póstumas a esse cidadão que foi um exemplo de luta e de trabalho para o público da nossa cidade natal.

Vereador Gilson Padeiro (PSDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Elpidio Melo, pai do Jeremias, um líder comunitário do bairro Lami.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Diretor Luiz Afonso, há matéria a ser apregoada?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação as atas da 19^a a 31^a Sessões Ordinárias. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADAS.**

A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PRTB): É com muita alegria que a gente vem aqui hoje registrar a aprovação do PL estadual do *homeschooling* ontem na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, permitindo, regulamentando, dando segurança jurídica e liberdade para as famílias *homeschoolers*, para as famílias que optaram por educação domiciliar, respeitando um direito constitucional das famílias. Aqui na Câmara de Vereadores, o primeiro projeto que eu protocolei foi o da regulamentação do *homeschooling* no âmbito de Porto Alegre. Nós precisamos aprovar esse projeto este ano ainda, porque as famílias que optam pela modalidade continuam sendo perseguidas por não terem segurança jurídica no âmbito municipal.

O projeto, aqui na Câmara de Vereadores, para a nossa grata surpresa... Assim que nós protocolamos, recebemos uma ligação do Ver. Sossmeier dizendo que tinha um projeto muito parecido. De fato, era muito parecido, tinha dois ou três trechos de diferença, mas nada que não pudesse ser apaziguado e arredondando. Hoje, o projeto é meu com coautoria do Ver. Sossmeier; e, se tudo der certo, nós o teremos aprovado este ano ainda, nós só precisamos que ele passe, enfim, pela Procuradoria da Casa. Conforme eu já destaquei hoje de manhã na reunião de líderes, está há mais de 70 dias na Procuradoria da Casa sem emissão de parecer, o que, para nós, é uma coisa completamente disparatada, que não há nenhum sentido, visto que a questão não é inconstitucional, que já existe uma declaração em nível federal que libera, que já existe agora a lei estadual que libera; então a gente realmente espera que exista a sensibilidade de permitir que o projeto vá de uma vez para as comissões onde, de fato, ele deve ser analisado. Então, aqui eu gostaria de esclarecer algumas coisas e a minha ideia, junto com o Ver. Sossmeier, é, assim que o projeto sair da casa, da Procuradoria, que a gente faça uma peregrinação por todos os gabinetes da Casa, contando e explicando, tirando dúvidas a respeito do projeto do *homeschooling*, do ensino domiciliar. Muitas pessoas desconhecem do que se trata e muitas pessoas acham que o projeto é um projeto que quer obrigar as famílias a optarem ou que visa a destruir de alguma forma o ensino privado, ensino público – não é nada disso. O que é enfim a educação domiciliar? Também conhecida como *homeschooling*, é um modelo de educação em que a família vira protagonista na educação da criança ou do adolescente. Esse modelo é reconhecido na maioria dos países desenvolvidos e também no Brasil pelo art. 205 da Constituição Federal, que permite que a criança seja educada fora do ambiente escolar, ou seja, diretamente pela família ou por meio de tutores. A escolha dos tutores tem sido a mais adequada no modelo brasileiro. E eu destaco isso por quê? As crianças que fazem essa modalidade, que os pais optam pela modalidade, elas continuam fazendo os testes necessários para medir a sua aptidão na entrada de universidades, elas continuam fazendo o ENEM, elas fazem o Enceja, elas fazem as provas que são necessários para obterem o grau de instrução, o direito de concorrer a um cargo num concurso público, o direito de estudar numa universidade, ou seja, não estão ao deus-dará. Quem opta pelo ensino domiciliar, quem opta pelo *homeschooling* tem um amplo apoio, uma rede de acompanhamento, está regulamentado já em nível estadual e federal, e a gente

realmente espera que não tenhamos maiores problemas para aprovar algo pelo qual uma minoria opta, mas que é um direito da família e uma liberdade que deve ser respeitada. Então, eu já coloco desde já o nosso gabinete, o nº 225, aberto para quaisquer dúvidas que se tenha em relação ao projeto de educação domiciliar, que está tramitando nesta Casa e que, em breve, esperamos ver votado por aqui. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Ilustre Presidente Márcio Bins Ely, vereadoras, vereadores; eu sou líder da oposição e me cabe, portanto, uma análise destes primeiros cinco meses de governo Melo que foram concluídos no dia 31 de maio. Nesses primeiros dias de junho, nós fizemos esse balanço, alguma coisa já foi divulgada, alguma coisa até publicada, mas é importante fazer dessa tribuna virtual na Câmara Municipal alguns registros como, por exemplo, Presidente Márcio Bins Ely, o fato de que esses cinco meses terem ocorrido durante a pandemia. Pior, com a variante P1 circulando na capital, nós tivemos um aumento expressivo de infecções, de óbitos e é esse o cenário em que o prefeito Melo deveria e deve comandar a cidade, à frente do Executivo. Mas nesses cinco meses, esse é um dado constrangedor para nós todos, o Prefeito Melo não mandou um único projeto, um único projeto para tratar do combate à pandemia. Isso é grave, é muito sério, porque ele é o prefeito que pegou esse período da pandemia, e ele não encaminhou um único projeto... (Problemas na conexão.) ...mas ele encaminhou o pedido das vacinas, ele foi autorizado por unanimidade, não comprou uma só vacina! Não teve nenhum consórcio com sucesso de vacinas. Nenhuma vacina. Mas não é só vacina. Ele poderia encaminhar, por exemplo, um auxílio emergencial provisório; é importante, as pessoas estão sem renda. Ele poderia encaminhar uma distribuição, ao menos, de cestas básicas, inclusive com verbas da Câmara. Ele poderia, com verbas da Câmara também, encaminhar alguma coisa em relação à distribuição de álcool gel, de artigos sanitários, melhorar estas condições de esgoto cloacal e pluvial a céu aberto que nós temos em Porto Alegre. Não foi feito nada. Nenhum projeto! Isso é inadmissível! Já que nós não podemos fazer, porque nós não podemos criar a despesa para o Município por uma questão constitucional, nós temos que pedir, exigir do prefeito que faça alguma coisa. Vamos imaginar que o prefeito estivesse doente, ou estivesse ausente, ou estivesse em férias, impedido. Não! Estava aí todo o tempo, todo período, quer dizer, em todo esse tempo, ele mandou o projeto, debateu muito, insistiu, fez força para poder fazer a extinção, na prática, da Procempa. Ele está sempre falando na privatização da Carris, ele força a barra em todos os sentidos com relação à previdência social dos municipais. Ele está atuando bastante do jeito dele, nos interesses dele, em que não se encontra o combate à Covid-19. E nós temos milhares de mortes em Porto Alegre, são milhares de mortes. A situação do Rio Grande do Sul, Presidente Márcio Bins Ely, é uma situação pior do que a média brasileira. Nós temos 4

óbitos para cada 100 infectados; a média nacional é de 2,8 óbitos para cada 100 infectados. A situação do Rio Grande do Sul, portanto, é ruim e é puxada por Porto Alegre, aliás, Porto Alegre e Lajeado. Então, é uma situação constrangedora. O que está havendo? O prefeito não tem nenhuma ideia? Então, estamos dando: vamos distribuir cesta básica, vamos distribuir auxílio emergencial – há cadastro na Prefeitura, a Prefeitura tem um amplo cadastro. Tem condições de fazer isso rapidamente, com muita celeridade e muita eficácia, mas tem que ter vontade política. Eu acho isso o mais grave, o mais importante; eu poderia falar da falta de diálogo com a oposição, já que o prefeito se diz um defensor do diálogo, mas esse diálogo não houve. Eu não recordo de uma reunião que o prefeito tenha pedido para fazer conosco, da oposição. É o mínimo que deveria fazer, até por cortesia, se não fosse nos ouvir de verdade. Não fez, são cinco meses. O prefeito confia totalmente só apenas e exclusivamente na sua cabeça, e sua assessoria mais próxima provavelmente. Então, é uma situação lamentável. Inclusive, ele é muito diferente do Sebastião Melo que foi nosso colega, vereador conosco, meu amigo pessoal, daquele candidato de 2016, com ideias progressistas, do próprio deputado, que a gente teve uma convivência, enfim, ele é diferente. Essas forças ultraconservadoras, da ultradireita, que cercaram Sebastião Melo, tomaram dele a alma. Com certeza. Tomou dele a alma, Psicóloga Tanise, vereadora, minha amiga, exatamente a sua história, e ele se transformou nisso, em negacionista, bolsonarista, que não se dispõem a combater a Covid-19. Bem, mas nós vamos cobrar! E insistentemente! É quase meio ano de convivência com uma pandemia brutal e assassina, e o prefeito inerte. Por isso fica aqui, nesse resumo de balanço – nosso balanço é bem mais extenso, nós tivemos, ao todo, 21 folhas de balanço da gestão Melo nesses cinco meses –, o registro do resumo de um balanço bastante negativo. Concluo, aqui, dizendo se é verdade que o prefeito não escolheu governar, gerir na pandemia? É muito verdade que ele ignorou a pandemia, está gerindo a cidade como se ela não existisse, e as pessoas estão sofrendo com isso. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Márcio Bins Ely, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, olhando para o painel vi que o meu querido colega de faculdade, o Ferronato, está assistindo à Sessão, e eu faço questão que esteja, Ver. Pedro Ruas, porque, na última vez em que eu estive aqui, eu fiz um discurso contundente, me referindo até ao Ver. Ferronato, meu colega de vestibular para a Faculdade São Judas Tadeu, depois meu colega de faculdade, e agora meu amigo de muitos anos. O Ver. Ferronato é da cidade de Doutor Ricardo, ele honra muito a sua cidade, é um filho ilustre de lá. E, conversando, Ver. Ferronato, com o nosso também colega, o Ver. Nelcir Tessaro, que foi nosso colega na Faculdade São Judas Tadeu, eu cheguei à conclusão de que eu exagerei quando me referi ao Ver. Ferronato. Só para

esclarecer, vereador, o tal do contracheque eu não publiquei, eu disse que mostraria, mas depois até me informaram que ele pode ser acessado no Portal Transparência, que está visível para todo mundo. Mas, na verdade, Ver. Ferronato, eu queria lhe pedir desculpas – na dúvida, eu também pedi no privado –, pois eu acho que esse tipo de pedido tem que ser feito no mesmo local e no mesmo tom – Ver. Pedro Ruas, V. Exa. que tem se referido a mim com as mais fraternas colocações. Então, Ferronato, aceite as minhas desculpas e, em contrapartida, nesse momento, o que eu posso oferecer é só o meu contracheque, que é pequenininho, mas que também é honesto, assim como o de V. Exa., pelo seu trabalho, pela sua dedicação. Espero que a nossa amizade continue a mesma – eu sei que V. Exa. é bem mais calmo do que eu. Eu não sei se serve de consolo, mas eu estava, ainda, naquele dia, no meu primeiro dia de recuperação da Covid-19, e, provavelmente, deu alguma tremida em um dos meus neurônios, Ver. Ferronato. Então, eu lhe devo as minhas desculpas, e vamos seguir em frente como colegas e amigos que somos. E que as questões políticas passem no momento, somente.

Eu queria fazer uma colocação, Ver. Pedro Ruas. Escutei atentamente o seu balanço, que é um direito seu, e, certamente, tanto os balanços da situação e da oposição são levados em conta, sim. Acho que nós temos que levar em conta. O então vereador e agora prefeito, Sebastião Melo, conhece bem a Casa e sabe da importância do vereador. Ele tem externado isso, muitas vezes. Eu entendo que ele tentou o diálogo, sim, ele só não conseguiu dar a resposta esperada pela oposição. Ele não conseguiu o voto de alguns vereadores, que poderiam ser de situação, mas são independentes. Nós tivemos uma reunião hoje, pela manhã, com entidades que o prefeito recebeu lá na Prefeitura; ele as recebeu, bem como recebeu vereadores, interessados em aproximar as propostas, e eu tenho certeza que, em seguida, nós teremos boas notícias. Nós temos que trabalhar para os servidores que estão trabalhando, os 13 mil, mais para os 16 mil aposentados, e também temos que nos preocupar com a população, de 1,5 milhão, da cidade de Porto Alegre. Nós vamos continuar tentando o diálogo, a oposição vai fazer o que pensa em fazer e o que acha que está certo fazer. Eu vou respeitar sempre a posição da oposição, que tem que fazer o seu papel, tem que defender as suas corporações. Eu, infelizmente, não tenho nenhuma corporação, por isso que os meus votos diminuem a cada eleição, mas me considero independente, seja de opinião ou de corporação, e penso na cidade. Eu respeito muito quem pensa diferente; quem pensa diferente, mas pensa com respeito. Nós temos que ter muito respeito. Uma coisa que me deixou muito preocupado ontem à noite foi a falta de cuidado para com a população de rua, que foram levados para a frente da Prefeitura – são muitos, muitos moradores em condição de rua, Ver.^a Mônica. Foi coincidência? Não, não é coincidência. Nós sabemos quem foi convidado, e da onde, para ir até lá. Não dá para chamar de genocida, como a oposição chama – eu costume não me meter nesse assunto, de genocida, de não genocida –, os vereadores que levaram essa população de rua para frente da Prefeitura, mas que é uma falta de humanidade, isso é. Eu vi muitas crianças lá, jogadas, e, se não é para ter aglomeração, em razão da Covid-19, o exemplo que está sendo dado na frente da Prefeitura não é a melhor maneira. Eu acho que isso tem que ser reavaliado, temos que ter respeito pelas

peças pobres, que não têm onde morar, e não as fazer de massa de manobra. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde, Presidente Márcio, colegas vereadoras e vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara, eu queria falar um pouquinho, hoje, sobre um tema que todos nós falamos e comentamos, há mais de um ano, que é a pandemia. Eu me preocupo muito, porque, diariamente, eu recebo pedidos de ajuda de pessoas desesperadas, dentro do nosso Sistema Único de Saúde, do nosso SUS, com outros tipos de comorbidades, com outras doenças que não têm referência com a Covid-19. Falo de pessoas com câncer, com problemas oncológicos graves e que estão sem atendimento, estão nas filas de espera há mais de cem, cento e poucos dias. Eu trago aqui alguns relatos de pacientes, eu não vou falar os nomes completos, que, só nesta semana, eu recebi. Maurício. O Maurício teve um acidente no dia 27 de agosto de 2020, teve uma fratura de pelve, e o atendimento inicial foi no HPS. O acompanhamento ambulatorial em ortopedia foi no Hospital Independência. Ele permanece com a lesão, desde agosto de 2020, sem a cirurgia. A consulta foi solicitada para uma neurocirurgia, coluna de adulto e fratura sacro. Atualmente, ele está sem trabalhar, sem atendimento, aguardando a consulta e numa cadeira de rodas. Em 24 de maio de 2021, foi emitida uma decisão judicial, uma liminar para um tratamento oncológico; a consulta foi marcada para o dia 1º de julho, ou seja, mais de 30 dias depois, a consulta. E o início do tratamento quando será? Essas pessoas não podem esperar. O tratamento oncológico tem que ser de forma imediata, porque nós sabemos no que pode resultar. Uma paciente com necessidade de colocação de um *stent* segue aguardando no Instituto de Cardiologia por mais de 90 dias. Ela pode morrer amanhã por uma parada cardíaca ou um outro tipo de problema, um infarto. Esses são só alguns fatos que eu trago aqui. Todos os dias, eu recebo mais de dez, quinze pedidos de socorro, de ajuda com relação à área da saúde, porque sabem que eu trabalho com essa bandeira.

Nós temos também o pós-Covid, que é preocupante, porque nós sabemos que hoje as pessoas que se infectaram, elas estão com problemas gravíssimos referentes à Covid. Pessoas estão deixando de caminhar, estão deixando de falar, estão deixando de se alimentar, estão precisando fazer esse tipo de reabilitação. Onde elas vão fazer isso? Já se iniciou, sim, em alguns pontos, em alguns centros, mas é muito importante nós trabalharmos. Nós conversamos sobre isso, inclusive, na COSMAM, na comissão, cujo presidente é o nosso colega Jessé, mas nós precisamos trabalhar ainda mais essa questão do pós-Covid. Nós precisamos de centros que atendam essas pessoas na parte neurológica também, porque a parte psicológica fica muito abalada, as pessoas, além de perderem os seus familiares, sofrem problemas físicos gravíssimos. Então, se reabilitar,

entender o que estão passando é muito complicado, e nós precisamos ter um olhar para essas necessidades. Essas pessoas reclamam onde? Na ouvidoria dos hospitais? Na ouvidoria da Secretaria Municipal da Saúde? Elas não recebem resposta, gente. Elas não estão tendo retorno. Por que é que demora 100, 150, 200 dias para um tratamento, para uma consulta oncológica? Eu não consigo entender e eu preciso entender isso. Nós, enquanto vereadores, precisamos nos unir para buscar as respostas, porque as pessoas não morrem só de Covid, as pessoas morrem de muitas outras doenças, e nós temos que ter um olhar atendo para isso.

Para encerrar a minha fala, eu queria parabenizar o nosso deputado estadual, Gaúcho da Geral, conhecido por todos, que ontem aprovou um projeto para a criação e regulamentação das casas de abrigo para mulheres vítimas de violência. É mais um passo, é mais um avanço, para que nós possamos acolher as nossas mulheres vítimas de violência. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas vereadores e vereadoras; hoje eu venho à tribuna no período de liderança em nome do Partido dos Trabalhadores, representando a companheira Reginete Bispo, representando o companheiro Jonas Reis e o companheiro líder do Partido dos Trabalhadores Aldacir Oliboni; ontem estive em frente à empresa B. A. Meio Ambiente, que faz o recolhimento dos resíduos orgânicos da nossa capital. A situação lá é dramática. Nós temos um claro caso de racismo e de trabalho análogo ao de escravos. Nós temos imigrantes haitianos, senegaleses, temos brasileiros também que trabalham nessa empresa, e muitos estão ali há cinco, quatro anos sem poder tirar férias, sem ter os seus direitos trabalhistas básicos respeitados. Essa empresa tem um contrato com a Prefeitura há mais de cinco anos, que se iniciou durante a administração Fortunati/Melo. É bom que nós tenhamos na memória que tivemos um vereador (Expressão retirada por determinação do orador.) que renunciou nesta Casa, estava na administração, quando esse contrato foi levado para avaliação. Este vereador, que depois foi cassado aqui nesta Casa, Carús, estava ligado ao DMLU no período. A situação que eu vi lá é dramática. Nós temos caminhões que não têm freio, que não têm janela, que infiltram água. Nós temos trabalhadores sem os EPIs básicos, sem luvas, sem sapatos adequados, sem férias, como eu já falei, sem os seus direitos trabalhistas básicos. Lembro muito bem – infelizmente, o Ver. Ramiro não está no plenário – que o exemplo que ele sempre usa para legitimar a terceirização é justamente o caso dos garis. Ele diz: “Como vão trabalhar, não vão ter saúde, então, por que a gente vai fazer concurso público? Tem que terceirizar”. Esse é o resultado prático da terceirização. Os trabalhadores sendo tratados como escravos, sem horário de saída, sem horário de entrada; durante o seu período de férias, sendo levados para outras cidades para trabalhar por essa mesma empresa,

empresa essa envolvida em diversos casos de corrupção. E todo mundo se cala. É importante trazer à memória que essa empresa já está há mais de cinco anos com contratos, agora renovados de seis em seis meses, envolvida em diversos casos de corrupção, inclusive, investigados na polícia civil, no Ministério Público do Trabalho. Esse é o modelo que querem implementar agora. Por isso atacam a previdência dos servidores públicos com o discurso de que, se for para a iniciativa privada, tudo vai funcionar. Não funciona! Simplesmente se quer a precarização do serviço público para favorecimento dos grandes empresários. É bom, mais uma vez, que esse exemplo fique para todo o sempre, neste momento em que nós debatemos a reforma da Previdência de forma chantagista muitas vezes, como a gente viu nas matérias jornalísticas, ataques internos aqui entre colegas. O objetivo final é precarizar o serviço público, precarizar as escolas, precarizar todo o serviço prestado pelos servidores públicos concursados, para passar para a iniciativa privada, para terceirizar, para que daí os trabalhadores sejam escravizados, como estão sendo nesse caso em tela.

É muito curioso também que se trouxe um dado sobre a previdência. A Nádia trouxe aqui falando sobre a aposentadoria da iniciativa privada, aposentadoria do serviço público, jogando para a plateia, jogando para as pessoas que hoje têm o seu serviço precarizado, mas é bom lembrar, e eu quero que ela diga quanto que ela ganha de aposentadoria – ela diz que é a reserva, mas a reserva é a aposentadoria dos militares. Eu quero que ela diga aqui quanto ela recebe de aposentadoria, porque ela utilizou esse argumento para fazer uma propaganda para as pessoas que hoje estão desempregadas, estão sem o mínimo de condições. É muito fácil vir aqui e jogar os servidores públicos municipais contra a população, mas quando é com os seus direitos, não abre mão. E estou com ela, porque eu também acho que tem que ter integralidade, paridade; se começou a trabalhar cedo, que se aposente cedo também. É o que nós defendemos como partido, é o que eu defendo, mas a gente não pode vir aqui fazer um discurso que na prática não se sustenta, para jogar a favor da opinião pública, para trabalhar a favor daqueles que supostamente estariam sendo favorecidos, tirando dinheiro, tirando direitos de todos os trabalhadores do Município de Porto Alegre. Então, muito obrigado, e eu espero que a Prefeitura tome alguma atitude em relação a essa empresa, em relação a esse trabalho escravo que nós estamos vendo lá.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Claudio Janta (SD): O Ver. Leonel traz aqui na tribuna a questão dessa empresa B.A. Eu fiz essa denúncia, Ver. Leonel, que V. Exa. fez aqui, há três anos e meio atrás e eu fui processado por essa empresa. A empresa perdeu aqui em primeira instância e recorreu em Belém do Pará, onde é a sede dessa empresa. Esse fato não é o novo na cidade de Porto Alegre. O que essa empresa faz, não assinar a carteira dos trabalhadores, não dar EPI para os trabalhadores, eu encaminhei na tribuna desta Casa, encaminhei para as comissões desta Casa, há quatro anos. Eu acho que o prefeito tem que romper o contrato com essa empresa urgentemente, porque essa empresa não

tem capacidade técnica e muito menos moral de gerenciar a coleta do lixo de Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vereador Mauro Pinheiro (PL): Ver. Leonel Radde, até para ficar registrado, o Ver. André Carús – eu não sou advogado de defesa, nem conversei com ele, faz muito tempo que não falo com ele – não foi cassado por esta Casa, ele renunciou. Eu não sei bem os fatos que o levaram a fazer, mas ele não foi cassado por esta Casa, ele renunciou. Então eu acho que deveria ficar nos registros da Casa, acho que é importante, porque parece que o vereador foi cassado, mas não foi isso que aconteceu. Muito obrigado, Presidente.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Duas coisas: primeiro, agradecer ao Ver. Mauro Pinheiro pela sua grandeza e registrar também esta verdade: o Ver. Carús não foi cassado e não teve denúncia sobre essa empresa, o problema dele foi outro, que está resolvendo, e teve a grandeza de renunciar ao mandato para se defender, para não envolver a Câmara de Vereadores. Foi um momento de grandeza do Ver. Carús.

Vereador Leonel Radde (PT): Então retiro que ele foi cassado, ele renunciou.

Vereador Moisés Barboza (PSDB): Presidente, me sinto contemplado, era sobre a reparação, a verdade sobre o caso do ex-colega André Carús.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Presidente, assim que o meu colega Ver. Leonel falou, eu estava aqui acompanhando, mandei uma mensagem para ele. Eu fui colega do Carús na COSMAM, e de fato, em função dos probleminhas que aconteceram, o Carús achou por bem renunciar. Acho importante fazer essa correção, talvez o Leonel, que não era vereador ainda, não sabia dos desdobramentos na Câmara.

Mas fiz uma questão de ordem também para dialogar com o líder do governo, Idenir Cecchim: ontem eu estive reunido com os conselheiros tutelares e eles ainda não foram vacinados. Tem um pedido de todos eles, são 40 pessoas apenas, atendem crianças todos os dias. Eu gostaria que o senhor desse uma avaliada com o governo, com a secretária da saúde, porque esse é um serviço extremamente essencial e eles estão apavorados.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Foi trazida pelo Ver. Leonel Radde uma denúncia muito séria e o Ver. Claudio Janta reforçou a denúncia, ele até pediu que o governo rompesse o contrato com essa empresa que escraviza os seus trabalhadores. Bem, não basta romper o contrato, tem que garantir o direito desses trabalhadores. Aquele dinheiro que essa empresa tem para receber tem que ser retido, é assim que funciona a lei, para o pagamento dos direitos dos trabalhadores, urgentemente. Obrigado, Presidente.

Vereador Claudio Janta (SD): Eu gostaria de esclarecer o Ver. Ruas e os demais que a Prefeitura já reteve todos os pagamentos e meteu três multas na empresa, para garantir o pagamento de tudo que essa empresa está devendo para os funcionários. Eu acho que só falta agora romper esse contrato mesmo, acionar o Ministério Público e a Justiça para fazer isso.

Vereador Cassiá Carpes (PP): Presidente, essa empresa vem há muito tempo tendo esses problemas. Isso serve de exemplo. Eu quero aqui alertar que eu concordo com tudo que foi falado, mas os governos têm que se precaver para não acontecer isso, sob pena de trazer esse transtorno enorme para a cidade. Obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Muito obrigado, Presidente Márcio Bins Ely, porque estava difícil eu falar com tanta questão de ordem, e questão de ordem sobre o tema que eu vou falar, que não é uma questão de ordem nesse caso, é, sim, a continuidade da intervenção a partir do que o Ver. Leonel Radde apontou aqui na Câmara, que eu acho muito importante. Na verdade, eu acompanhei a crise com a Belém Ambiental, como muitos vereadores falaram, mas falaram uma parte da verdade só, porque essa crise com empresa Belém Ambiental surge já em 2016, o Leonel Radde apontou muito bem. Parabéns, Leonel! Eu sou parceiro teu para ir à empresa novamente, não sei se a greve continua ou não; se continua, nós temos que dar o apoio à greve, é o segundo dia, estava tendo uma negociação, espero que ela tenha terminado e seja feito o pagamento dos salários.

Eu sei que não é novo esse problema. Em 2016, a primeira vez que apareceu essa empresa, surgiu uma denúncia muito bem lembrada por ti, Leonel. Eu vou lembrar o conjunto da denúncia: na época, o André Carús era do departamento, a Polícia Civil investigou e provou que essa empresa ia no Rubem Berta e colocava calça nos caminhões, colocava esse material de construção dos caminhões, porque a Prefeitura pagava por mês, e a empresa aumentava o peso dos caminhões de lixo domiciliar pelo qual ela é responsável para ganhar mais dinheiro do governo. E os contratos são caros, não são baratos. A denúncia apareceu em setembro 2016. Pois bem, para nossa surpresa, quando ganha o prefeito Marchezan, essa mesma empresa segue, e já teve uma greve, em 2017, dos trabalhadores superexplorados, que fizeram uma greve. Eu estive na empresa, os donos são de Belém, são picaretas completos, e falei “você vem lá de Belém para fazer picaretagem em Porto Alegre”. Eles seguiram depois recebendo os recursos, não teve ruptura de contrato. O Ramiro vai falar depois – eu acho importante, o Ramiro Rosário ficou quatro anos, um pouco menos na pasta responsável. E tem uma série de multas, que são ínfimas em relação ao que a empresa recebe; os contratos são de milhões, não me lembro agora se R\$ 30 milhões, R\$ 40 milhões, e as multas são R\$ 100 mil, R\$ 200 mil, então é um grande negócio, receber milhões para ter algumas multas é um grande negócio, como a empresa ser multada e não pagar os trabalhadores

do ponto de vista de uma empresa picareta que usa a terceirização como uma metodologia para cometer crimes, crimes contra o patrimônio de Porto Alegre. Isso é um negócio para eles, eles estão fazendo um negócio, não estão prestando serviço público, estão fazendo um negócio sujo, superexplorando trabalhadores e trabalhadoras, que, como muito bem disse o Leonel Radde, sem direitos, sem um mínimo de proteção social e ambiental. Então eu quero marcar esse problema, porque ele não é novo. Eu ouvi o secretário hoje falando na rádio Gaúcha e ele dizia “nós vamos averiguar, chegamos a cinco meses”; não, não é um assunto de cinco, seis meses, é um assunto da gestão Melo de 2016, porque o Sebastião Melo era prefeito em 2016, não era o Espírito Santo, era o prefeito Melo, e o MDB tinha pasta, então esse assunto não é novo, não é novo também para o PSDB, e agora segue. Então é gravíssimo, e eu quero deixar claro que não é só um problema de romper contrato, é garantir o emprego desses trabalhadores, porque eles não podem ser penalizados duplamente, penalizados pela Prefeitura contratar uma empresa picareta, renovar os contratos de uma empresa picareta, uma empresa que fraudava nos dois sentidos: fraudava com esse sistema da calça, que foi lá em 2016, e fraudava com o recebimento de recursos que, em tese, são para fazer o pagamento dos trabalhadores e não pagam os trabalhadores. Então é um escândalo incrível, incrível! Os trabalhadores não podem ser penalizados pela empresa e depois pelo governo. Isso me preocupa, não só o pagamento que é devido a eles, mas também a garantia do emprego, porque esses trabalhadores só se submetem a essa situação, como muito bem disse o Ver. Leonel, análoga à escravidão, promovida pelo governo Marchezan, pelo governo anterior do Melo e pelo governo atual, porque são eles que terceirizam, são eles que fazem vista grossa, porque a única explicação é vista grossa. Vão explicar de que jeito, se é conhecido? Eu não sou o governo e conheço bem a situação, acompanhei quando teve a greve, vi os processos judiciais que essa empresa responde. E o governo fez o quê? Qual foi a denúncia pública que o governo fez em relação a esse problema? Agora estoura uma greve, as pessoas ficam sem atendimento do lixo domiciliar e a Câmara de Vereadores faz de conta que o problema não existe. Parabéns, Leonel, estamos juntos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Hamilton Sossmeier está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Boa tarde a todos: boa tarde, Presidente, todos os vereadores que nos assistem pela TVCâmara. Em primeiro lugar eu quero fazer o destaque de coisas boas, uma atitude bonita do Ver. Idenir Cecchim, que mostra a grandeza de um parlamentar, quando reconhece que muitas vezes se excede um pouco, e todos nós nos excedemos às vezes. Então que isso sirva de exemplo para todos nós. Obrigado.

Também quero destacar e fazer coro com a palavra da Ver.^a Fernanda Barth sobre o *homeschooling*, projeto que ontem foi aprovado na Assembleia Legislativa por

28 votos, da educação domiciliar, que não é nenhuma criação de obrigatoriedade; pelo contrário, é uma liberalidade para aquele que pode e deseja ter ensino domiciliar, tem condições para isso, num período em que nós falamos tanto nas minorias. No caso do *homeschooling*, a educação domiciliar fica disponível para as minorias que têm a possibilidade e que querem adaptar-se a esse estilo, a esse modelo de educação que hoje está em 64 países, aliás com muito sucesso, é muito intenso, é muito conhecido, principalmente nos Estados Unidos. Então que era fazer esse destaque da importância do trabalho da liberação desse projeto, que está demorando muito na Câmara, agora está na Procuradoria. Faço coro com a Ver.^a Fernanda, autora do projeto, eu sou coautor. Quando eu fui protocolar meu projeto, ela já tinha protocolado um semelhante, então nós estamos trabalhando juntos, esperando que vá para avaliação na CCJ, porque é um projeto que contempla uma pequena minoria, mas que é necessário, assim como vários projetos que são aprovados nesta Casa que não geram obrigatoriedade. Parabéns à Assembleia Legislativa gaúcha, que fez a aprovação ontem desse projeto, aos parlamentares entenderam a importância das famílias que têm condições e estrutura poderem fazer a educação domiciliar.

Também faço coro à questão da empresa Belém Ambiental, que a gente sabe que os trabalhadores precisam ter toda a condição necessária para desenvolver as suas atividades e, se a empresa não está cumprindo com o contrato – é por isso que eu sou a favor das parcerias e também de empresas privadas – não produziu, não deu certo, não cumpriu com o seu contrato, se extingue o contrato e, se for o caso, entra na justiça. Mas o que não pode ter é uma empresa que, realmente, não cumpre com o seu compromisso, com aquilo que foi acertado. Boa tarde a todos. Obrigado, Sr. Presidente; obrigado, Srs. Vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Boa tarde, Presidente, Ver. Márcio Bins Ely; colegas vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara. Quero dizer que a pior cegueira é a cegueira política. A miopia do Exmo. Ver. Pedro Ruas é estarrecedora, ao ouvir o que ele disse há pouco que o prefeito Melo e todos os seus secretários nada fizeram para conter a Covid-19. Aqui na tribuna palavras são jogadas de qualquer forma, a verdade é espancada de toda forma para que diga “ah, é isso mesmo”, e não pode ser assim, a política tem que ser limpa. Se não tem algo correto, sincero, informativo realmente para falar, não fale nada. E aqui vou dizer que o prefeito Melo e o secretário Sparta fizeram e estão fazendo muito pela pandemia do coronavírus em Porto Alegre. E eu posso falar de poucas coisas, mais de 500 leitos abertos no início do governo. Hoje estive com o Ver. Gilson Padeiro, Ver.^a Cláudia Araújo, Ver. Cassiá Carpes na inauguração de mais de 20 leitos de UTI no Hospital Vila Nova, além dos 60 que foram há pouco abertos no mesmo hospital; toda a

readequação da Santa Casa, do Cristo Redentor, do Hospital de Clínicas; o projeto encaminhado para a compra de vacinas que todos nós aprovamos; a busca de mais recursos para contenção da Covid. Hoje, no Dia Mundial da Imunização, Porto Alegre está com 50% das pessoas vacináveis vacinadas. Primeira capital, Município que mais vacina, sim, me mostrem que não. Não adianta vir aqui falar falácias, a mentira tem sido falada muitas vezes aqui e isso é estrondoso. Cestas básicas estão sendo distribuídas, mas não é de qualquer forma, não é para qualquer um, para entidades que são cadastradas, para pessoas que estão no CadÚnico. A assistência social, através da FASC, tem feito um trabalho diuturno de busca dessas pessoas que passam fome. A compra de equipamentos para prevenção, o projeto do microcrédito que está nesta Casa são atitudes para conter a Covid dando trabalho para aqueles que precisam, porque a fome mata, senhores, não é só a Covid. O AVC mata, a trombose mata, tuberculose mata e ninguém mais fala de nada, e as coisas estão acontecendo. Testes que estão sendo realizados, testes nas professoras, vacinação dos professores, teleconsulta que ninguém lembra e que acontece. Aliás, remédios que tinham sido colocados à disposição gratuitamente nos postos de saúde e que foram retirados por uma liminar exatamente pelo partido do Ver. Pedro Ruas, pelo PSOL, que hoje poderiam estar ali sendo acessados, Ver.^a Fernanda Barth, pelas pessoas que mais precisam. Então não venham aqui falar mentiras, eu não posso acreditar que as pessoas venham aqui nesta tribuna mentir para o povo. Mas eu tenho a certeza que o povo não está mais absorto, está ouvindo e sabe fazer a sua diferenciação.

Quanto a minha reserva remunerada, que tanto o Ver. Leonel Radde gosta de falar, aliás, moleque ainda na Polícia Civil, moleque, 10 anos, por isso, talvez, tenha entrado, Ver. Alexandre Bobadra, para o caminho do PT, não aprendeu ainda, polícia que é polícia não fica na esquerda, porque a esquerda quer o fim das polícias, principalmente da militar. Moleque, que com 10 anos de Polícia Civil deveria estar na rua fazendo o que eu fiz por 28 anos. Depois que eu cumpri toda minha vida profissional de militar nas ruas, atendendo às pessoas e fazendo com que a legalidade fosse preservada para o povo gaúcho aí, sim, eu concorri a um cargo eletivo. Primeiro a gente faz o nosso trabalho, aqui não é profissão. Quero dizer também para o Ver. Jonas Reis, que ontem falou que eu me aposentei antes: vereador, que feio, com quatro anos de sala de aula o senhor deveria estar na sala de aula dando exemplo.

Aliás, quero contar aqui que eu completei 28 anos de Brigada Militar, com muito orgulho, na linha de frente e, na época, eu somente fui levada à reserva remunerada porque eu me elegi. Vou concluir, presidente, porque isso é importante, eu tenho sido alvo nesta Casa. Eu quero ver as mulheres, cadê as mulheres pelas mulheres, porque toda hora estou sendo nominada aqui. Ninguém chuta cachorro morto. Quero dizer que, com 28 anos, concorri um cargo eletivo e, por lei federal, um militar, que eleito é, é conduzido à reserva remunerada. E não existe um juiz que chegue aqui, por mais vontade que eu tenha de retornar à Brigada Militar, que consiga me colocar na ativa de novo. E à época, senhores e senhoras, as mulheres da segurança pública iam para a reserva com 25 anos de carreira, e com a reforma da Previdência nacional aos 30. Ou seja, eu já tinha passado o meu tempo e quero dizer para quem não trabalha:

previdência e lugar de sol e salário é só para quem trabalha e bota a mão na massa, não é para vagabundo.

(Não revisado pela oradora.)

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente, a Ver.^a Comandante Nádia diz que é referida, é chutada, que ninguém chuta cachorro, eu nunca falei o nome dela, eu não falo o nome dela até porque eu a acho muito mal-educada, então eu não gosto de dialogar com ela, eu não falo o nome dela. Eu fiz uma avaliação do governo Melo, não é da Ver.^a Nádia. E, de fato, ele não mandou nenhum projeto para esta Casa de combate à pandemia. E eu falei que mandou um, que não fez nada com ele – nós aprovamos em 48h, por unanimidade, para que ele comprasse vacina, e não comprou nem meia vacina.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vereador, a vereadora não nominou o senhor no discurso dela!

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Nominou! Nominou, nominou todo tempo, só falou em mim, falou todo tempo só em mim. Eu não falo o nome dela, até porque, para mim, ela não existe.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está bem, vereador. Obrigado.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Presidente, de fato, a vereadora, líder do governo, não tem autoridade, não pode tratar um vereador, que é um dos vereadores mais competentes que tivemos na nossa Polícia Civil, o Ver. Leonel Radde, como um moleque. Isso não é qualificação que se use para um vereador. Eu não sou advogado do Ver. Leonel, que sabe muito bem se defender, mas não posso ficar, numa sessão, escutando uma barbaridade dessas, quieto, não é possível! Uma vereadora que usa a tribuna para defender *fake news* de cloroquina, a gente tem que escutar essa barbaridade.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Primeiro queria dizer, em nome da bancada do PT, que a Ver.^a Nádia tem se especializado num discurso agressivo, deslocado e radicalizado, de tal forma que perde a essência do debate político. E ela falou dois palavrões que gostaria que ela retirasse porque uma líder do governo ter a coragem de dizer, chamar de moleque e vagabundo – isso eu jamais tinha visto. O governo tem que reavaliar a postura desta vereadora, parece que, quando ela chega na tribuna, ela incorpora alguém – é lamentável isso! Ela ofende todo mundo, como se os outros fossem uns babacas. Por favor, Presidente!

Vereador Ramiro Rosário (PSDB): Presidente Bins Ely, essa questão de ordem é direcionada ao senhor, Presidente deste Parlamento. Não se pode permitir mais

que o instituto da questão de ordem se transforme no artigo do mimimi, no artigo da tréplica – não pode, Presidente! O senhor que conduz a sessão tem que cortar o som do microfone das pessoas que usam a questão de ordem para fazer um novo discurso e defender suas teses.

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Eu quero, enquanto mulher, dizer que nós, mulheres, temos sido atacadas por diversas partes. Eu gostaria que o senhor, como homem, pudesse também defender, porque, quando os homens sobem para atacar, é pulso firme; quando as mulheres sobem, é mimimi; por favor, defenda também as mulheres desta Casa.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ver.^a Comandante Nádia, não sei em que ponto a senhora entende que eu não esteja defendendo as mulheres, mas fica o registro. Vou procurar corrigir, porventura, alguma eventualidade em que a senhora tenha se sentido desprotegida.

Vereador Mauro Pinheiro (PL): Presidente, mais uma vez, quero falar que os vereadores de oposição continuam usando o tempo – é um tempo novo na Casa, que é a “questão de ordem”, inclusive para atacar a Ver.^a Nádia neste momento, depois da fala do Ver. Leonel Radde em que ele atacou a vereadora com um desconhecimento de lei, porque a Ver.^a Nádia só está na reserva por obrigação de lei federal, depois de cumprir... Tenho certeza de que a Ver.^a Nádia, se pudesse permanecer na Brigada Militar e ser vereadora, continuaria. Então, foi atacada de forma inconsistente, pelo Ver. Leonel Radde, e agora o Ver. Roberto Robaina e o Ver. Oliboni usam o tempo de questão de ordem para continuar o ataque à vereadora. Acho que nós devemos mais respeito à Ver.^a Nádia e a todas as mulheres desta Casa. Muito obrigado, Presidente.

Vereadora Fernanda Barth (PRTB): Presidente, eu quero apenas acrescentar à questão colocada pela Ver.^a Comandante Nádia, que realmente aqui a gente tem tido dias muito estranhos, porque nós tivemos que ouvir da tribuna, dia desses, que nós não somos mulheres, que não defendemos determinadas causas, ou seja, chegou o momento ridículo. E eles que estão em casa ainda ficam interrompendo quando a gente fala, praticando o famoso *woman interrupted*, que ficam aí, fazendo discursinho de esquerda, mas adoram interromper uma mulher quando ela fala. Obrigada.

Vereador Claudio Janta (SD): Aproveitando a tribuna livre da questão de ordem, queria pedir ao Ver. Oliboni que tirasse a palavra “incorporar”, em nome de todo povo de matriz africana, porque isso é muito sério para nós - quando a gente incorpora, nas religiões de matriz africana, geralmente é para fazer o bem. E dizer que tem gente falando muito grosso com as mulheres aqui e falando bem fininho com os homens aí.

Vereador Alexandre Bobadra (PSL): Presidente, só registrar aqui, em nome da bancada do PSL, que nós temos respeito com as nossas mulheres – temos que tratar todas aqui com carinho, principalmente as nossas mulheres. Quero pedir, em nome dos homens da Casa, as nossas mais sinceras desculpas à Ver.^a Comandante Nádia.

Vereador Leonel Radde (PT): Bom, citado. Já fui chamado de maconheiro, já fui chamado de moleque. Esse é o respeito que uma policial tem com seu colega de profissão! Eu fui atacado! E é engraçado, por muito menos, a Nádia fez boletim de ocorrência; levou outro também. Agora, não venham utilizar o discurso das mulheres, partidos da extrema-direita que querem aumentar a idade para aposentadoria das mulheres, que não reconhecem, de forma alguma, a violência a que as mulheres são submetidas. A Barth aqui vem fazer esse discurso, dizendo que as mulheres têm que trabalhar mais do que os homens, desconhecendo completamente o que é equidade, e aí vem agora se vitimar. A questão é: toda vez que forem falar mal de servidores públicos, atacar servidores públicos, nós teremos o direito de demonstrar a hipocrisia da extrema-direita desta Casa.

Vereador Jonas Reis (PT): Presidente, fui citado! Um absurdo, um ataque violento toda hora ao meu nome. Não conhecem minha história, trabalho desde os 13 anos de idade. Para todo mundo saber, falo aqui, e esta vereadora se aposentou com menos de 50 anos, ganhando R\$ 21 mil dos cofres do Estado, e vem aqui falar mal de vereador, falar mal de professor, servidor público. A senhora, Ver.^a Nádia, respeite Porto Alegre, respeite esta cidade, que é de gente honrada, não é da sua turma da pirotecnia.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Para tentar acalmar, Vereador-Presidente, fiquei preocupado com o Ver. Robaina, esse ataque que ele fez à Ver.^a Nádia; aliás, todos – eu estou apavorado aqui que os vereadores da oposição, que sempre se manifestam em defesa das mulheres, façam um ataque violento, como fizeram hoje, à Ver.^a Nádia. Agora, vereadora, fique tranquilo, porque, mais uma vez, vimos aqui que o PSOL virou puxadinho do PT há muito tempo.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Boa tarde colegas, vereadores e vereadoras, e aqueles que nos acompanham. Achei pertinente a minha fala ser logo após a toda essa ebulição, a essa efervescência do tema, falando da violência contra uma das mulheres. Pelo fato de ser adjunta da Procuradoria desta Casa, agora com a Ver.^a Lourdes Sprenger e, no próximo período, com a Ver.^a Cláudia Araújo, a gente tem um aumento significativo de mulheres participando aqui, neste Legislativo, agora somos onze. Mas não falo somente por esse espaço que ocupo, falo também pela

bancada do PCdoB cem por cento feminina e, sim, feminista e negra. Por que faço esse recorte de forma bem específica? Porque, enquanto ouvia a fala da Ver.^a Nádia, achei coerente ela relatar que tem alguns projetos e que o governo está dando essa atenção, que alimento há e está sendo disponibilizado. Quero, então, vereadora, solicitar o seu auxílio para que a gente possa fazer com que, de fato, todas essas mulheres pretas da periferia, não negras também, que todos os dias nos procuram através das redes sociais e relatam que a fome é uma constante, que à mesa falta absolutamente tudo. Eu peço o seu auxílio para que a gente possa somar essas forças em conjunto e fazer algo que, para mim, é fundamental, que definitivamente é isso que me move a ocupar este espaço: sanar as necessidades reais da nossa população. Aqui falo como uma das mulheres que a senhora citou dizendo: “Nós, por nós, mulheres”. Porque foi justamente para isso e por isso que eu resolvi me lançar nessa vida pública, que não é nada fácil: lugares que são extremamente hostis, que têm um viés machista, racista, LGBT fóbico, e que definitivamente não conseguem lidar com a pluralidade e a diversidade de quem somos nós nesta sociedade. Então, eu convoco, não somente a senhora, mas todas aquelas que compreendem que a gente tem, sim, um abismo, uma lacuna da desigualdade e que vem definitivamente atravessando o corpo das mulheres, principalmente as mães soltas, aquelas que estão aí agora, nesse período, enquanto nós estamos aqui debatendo, aquelas que estão sofrendo porque não tem pão para colocar na mesa de seus filhos. Fui, por muito tempo, e sou idealizadora de um projeto que, somente no ano passado, atendeu mais de 7 mil mulheres chefes de família aqui, na cidade de Porto Alegre – isso para mim é muito caro, muito importante. Sempre digo, não me exalto de falar que nós atendemos 7 mil mulheres. Fico triste porque essas 7 mil mulheres, quando chegaram até nós, estavam passando fome, isso é o pior que pode acontecer, porque isso é a dignidade humana posta à prova. Pensando nisso, eu convoco a todas, não somente a Ver.^a Nádia, mas todas aquelas que compreendem a necessidade de estarmos fazendo a ruptura desse processo, que é um processo de violência. Se existe comida disponível neste Município, então, que chegue na mesa de quem precisa – eu acho que esse é um dos pontos.

Eu vou me prolongar porque teve tanta questão de ordem aqui que eu vou me sentir, inclusive, no direito de usar mais tempo. Pensando nisso, dando continuidade na minha fala, justamente de algo que foi citado aqui, que é a reforma, pensando que o governo Melo está fazendo uma chantagem com os trabalhadores. Isso é muito complicado, porque num momento tão duro, ele não chamou para o diálogo os trabalhadores, isso para gente é muito caro. Diante disso, já há duas sessões – não é, Ver.^a Reginete? – que retiram o quórum, isso não é crível, isso não é compatível com algo tão importante, porque num período tão duro, onde a gente está vendo o aumento dos casos da Covid, onde a gente está – o Ver. Pedro Ruas muito bem trouxe isso – observando que a pandemia está aí, está cada vez mais latente, nós não debatemos coisas que são importantes para a cidade. Retiram o quórum de forma covarde e chantageiam os trabalhadores, a gente não vai aceitar.

Para além, ainda hoje, a gente acordou com esse escândalo relacionado ao lixo, aos resíduos, isso é tão absurdo, Presidente, porque, pensando nisso, em todo esse

escândalo relacionado a essa empresa, a gente tem uma crise sanitária instaurada aí. Porto Alegre, como capital do Estado, não pode permitir que, durante tanto tempo, tenha uma empresa contratada, que já tem representação do Ministério Público e que segue operando esse serviço, porque, ainda na semana passada, vimos, no jornal matinal, uma reportagem que falava e trazia isso de uma forma muito enfática, a multa para aqueles trabalhadores da reciclagem. Aí eu fico aqui me questionando, Ver.^a Cláudia, como pode penalizar o trabalhador que está reciclando ali na rua e, ao mesmo tempo, nesses seis meses, não ter tido tempo hábil para averiguar esses contatos? Essas são as prioridades que estamos vendo diante deste governo, só que a gente está atenta e não vamos nos calar e permitir que isso dê continuidade dessa forma absurda. É isso.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pablo Melo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. Escutei aqui, com muita atenção, os discursos anteriores e quero dizer, Ver. Radde, que o senhor fala com autoridade sobre corrupção, porque o seu partido é artífice e protagonista do maior assalto que este País já sofreu no comando do ex-condenado Lula! Então, o senhor fala com autoridade, porque o seu partido e os seus puxadinhos roubaram e assaltaram este País! Em segundo lugar, respondendo o Ver. Radde, com a sua autoridade sobre corrupção, quero lhe dizer, Ver. Pedro Ruas, por estar muito tempo confinado dentro de casa, talvez, o senhor não esteja andando pelas ruas e não tem visto a cidade real. O nosso governo chega hoje na marca de 50% de pessoas vacinadas na primeira dose. O nosso governo, Pedro Ruas, já está, Ver.^a Nádia, nesta Casa o projeto de microcrédito para aquelas pessoas que querem empreender na nossa cidade. Nós temos a questão do Refis municipal, e aquele discurso hipócrita que vai beneficiar o grande, pode até beneficiar o grande, mas vai beneficiar o pequeno e o médio também, todos têm que ser beneficiados, Ver. Cecchim. Nós temos os serviços urbanos a todo vapor, fazia muitos anos que não víamos a nossa cidade tão limpa, Ver.^a Fernanda, inauguramos duas usinas de asfalto, Ver. Ramiro, e a poda está a todo vapor, o Tapa-Buracos, é a Wenceslau, é a Costa Gama asfaltadas, e isso acontecerá nos quatro cantos da nossa cidade; é a redução do ISSQN para as empresas de tecnologia para investirmos na inovação tecnológica na nossa capital; é a reforma da Previdência que beneficiará não só os servidores, mas também a maioria esmagadora da população porto-alegrense. Por isso, Ver. Pedro Ruas, fica aqui, com muito respeito ao amigo, mas acho que o senhor não está vendo a cidade real, por onde nós passamos, vemos elogios e um sentimento de esperança que entregaremos a cidade muito melhor do que recebemos. Temos também essa questão, Ver. Cecchim, da revogação do IPTU, é uma questão importante, nos revogaremos os próximos quatro aumentos nesta Casa. Então, estamos fazendo absolutamente todo o possível, e acho que são grandes feitos para cinco meses de governo. Meus colegas vereadores e vereadoras, vamos trabalhar. Ver.^a

Cláudia, me parece que, se acabar a Covid, acaba o discurso da oposição porque estamos combatendo a Covid, somos o Estado e o Município que mais vacinaram neste País. Então, não vejo outro discurso que não seja esse. A cidade tem pressa, e temos muitos temas para tratar nesta Casa, além da Covid. Enfim, por isso, meus amigos, vamos à luta, vamos ao trabalho. Muito obrigado e boa tarde a todos os vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver^a. Comandante Nádia assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Presidente Comandante Nádia; todos demais colegas. Queria dizer ao Ver. Claudio Janta que também estou sendo processado pela BA, e vou tomar mais um processo depois da minha fala de hoje nesta tribuna. Aliás, sempre quando me processam, é porque falo a verdade. Vou fazer um histórico a respeito dessa empresa. Vale lembrar aqui que a licitação onde a BA, uma empresa de Belém do Para, venceu para fazer a coleta domiciliar de lixo orgânico, é aquele tradicional serviço do caminhão com o gari correndo atrás, na maioria dos bairros da nossa cidade onde não temos a coleta automatizada, que é servida pelos contêineres, pega, na verdade, a coleta domiciliar a maior parte da nossa cidade. Eles venceram essa licitação em 2015, depois houve inclusive algumas denúncias com relação ao processo aquele da calça, em 2016, porque, aparentemente, a empresa fazia vista grossa aos seus funcionários que pegavam calça, resto de obra, material, enfim, e ganhavam R\$ 20,00, R\$ 30,00 daqui a pouco de algum cidadão para poder colocar esse tipo de material dentro do caminhão. A empresa fazia vista grossa a isso porque o caminhão obviamente pesava mais, e nós todos pagamos por tonelada quando chega no transbordo, então, estávamos pagando além daquilo que deveríamos. Quando assumimos a gestão, em 2017, já começou uma relação conturbada com essa empresa. Uma das primeiras entrevistas que fiz como secretário, disse que íamos fazer uma nova licitação para a coleta domiciliar orgânica de lixo em Porto Alegre. Cheguei a ter embates públicos - aqui algumas das falas dos vereadores, especialmente a esquerda, o PSOL, o PT, um ponto em comum que temos é que vocês acham a empresa picareta e eu também -, tive embates públicos com os advogados da empresa. Eu ia para a rádio, falava a respeito da má prestação de serviço, falava a respeito de denúncias de corrupção, os advogados ligavam enlouquecidos, entravam no ar, e ficava aquele bate-boca. Ao longo de 2017, 2018, tivemos duas paralizações também, a primeira, em fevereiro de 2017, e a segunda, em abril de 2018; as duas paralizações pelo mesmo motivo que alegam agora: dificuldade de pagar seus fornecedores, dificuldade de pagar seus funcionários. Buscamos a negociação, fizemos os pagamentos devidos, mas obviamente não nos conformamos com a situação. O que fizemos para mudar essa realidade? Desde de 2017, investimos em estudos para fazer um novo projeto básico,

um termo de referência para fazer uma contratação aprimorada, com maior fiscalização, tecnologia porque esse contrato que foi feito em 2015 foi muito malfeito, tem que se dizer, na própria fiscalização, GPS, câmeras que deveriam ter no caminhão, até para ver a atividade que está sendo colocada, que tipo de material está sendo colocado no caminhão, enfim, uma série de questões que queríamos aperfeiçoar. Em dezembro de 2018, foi publicado o edital de licitação. O que aconteceu? Em janeiro de 2019, na justiça, a BA conseguiu paralisar o processo licitatório. Se transformou em um imbróglio jurídico interminável, processo para cá, processo para lá, prazo para cá, prazo para lá. Finalmente, no início de 2020, nesse imbróglio jurídico, se teve a decisão final a respeito do assunto, e a Prefeitura ficou condenada, decidiram que a Prefeitura não poderia fazer uma nova licitação se essa licitação acabasse por romper com o contrato, rescindir com o contrato vigente. Depois disso, em abril do ano passado, se chegou a fazer uma nova licitação, se publicou em julho, a licitação foi impugnada novamente na justiça, e agora, em dezembro, foi publicado novamente, impugnada novamente. A gestão do prefeito Sebastiao Melo, em abril deste ano, buscou resgatar esse processo licitatório iniciado no ano passado e, mais uma vez, foi impugnado. Então, vivenciando aqui, e o prefeito conta com o nosso apoio na busca pela rescisão contratual, mas estamos aqui lidando com uma situação que o Poder Judiciário e os próprios órgãos de controle, Tribunal de Contas, precisam ficar atentos que é fundamental chamar o Ministério Público para dentro dessa... (Problemas na conexão.). Nós temos que ser justos, Nádia, porque há aqui um procedimento também interno que adotamos que minimizou a situação das paralizações, que foi um pagamento excepcionalizado, até o quinto dia útil de cada mês, nós pagávamos, justamente por a empresa ser desorganizada, não ter seu fluxo de caixa também, nós conseguimos fazer um acordo com a Secretaria da Fazenda e pagávamos sempre até o quinto dia útil de cada mês. Isso fez com que não ocorresse mais paralizações desde abril de 2018, infelizmente, agora retoma. Fica a minha sugestão ao governo Melo, ao nosso líder Idenir Cecchim, que possa levar ao prefeito Sebastião Melo, que resgate esse tema junto ao DMLU e à Secretaria da Fazenda para evitar esse tipo de coisa. Muito obrigado. Gostaria de falar mais, Presidente, para poder responder ao Ver. Radde a respeito das terceirizações, porque temos empresas picaretas e empresas que trabalham de forma correta, mas, pelo menos, com as empresas picaretas, nós temos instrumentos de buscar retirar; o servidor público que não trabalha e que vive de atividade sindical, por exemplo, esse o cidadão de Porto Alegre, o contribuinte, não tem condições de tirar. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Sra. Presidente, colegas vereadores, telespectadores da TVCâmara, quero trazer uma informação importante e de utilidade pública. Hoje, dia 9 de junho, sai o resultado preliminar pedido de isenção do

ENEM. O ENEM vai ser realizado este ano, as inscrições vão abrir no dia 30 de junho até o dia 14 de julho. É importante reforçar essa informação aqui na Câmara de Vereadores porque o jovem tem uma grande oportunidade para crescer na vida, que é através do estudo. Pode parecer óbvio, mas o óbvio tem que ser dito. Os programas sociais têm um prazo de validade para impulsionar, para ajudar, mas o jovem tem que andar com suas próprias asas. Vi vários colegas vereadores aqui retratando suas experiências profissionais, e eu, com muita satisfação, relembro que eu trabalho desde 1994. Comecei a trabalhar com 14 anos de idade. Ontem, foi meu aniversário, então eu trabalho desde 1994, contribuo há 27 anos para o INSS. É bastante tempo. Eu desafio quem começou a trabalhar cedo a colocar da sua Carteira de Trabalho no grupo de WhatsApp dos vereadores. Eu vou fazer agora nos próximos minutos, vou colocar foto da minha Carteira de Trabalho com 14 anos de idade como auxiliar de serviços gerais. Esse recado, eu passo para os nossos jovens: que estudem, busquem melhorar, façam cursos de qualificação, o curso que for, mas busquem a qualificação. O jovem tem que voar e ele pode conseguir isso através do estudo. Então, para aquele que está perdido e não sabe qual caminho seguir, uma sugestão boa é se inscrever e fazer o ENEM, utilizar essa plataforma tão importante do Ministério da Educação para poder ter uma chance e prosperar na vida. Era esse o recado que eu queria passar para os colegas vereadores e para os telespectadores da TVCâmara. O estudo abre grandes oportunidades. Um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos, a questão da fala tem momento, tempo, e às vezes a discussão vai passando, o tema vai mudando, e a gente quer voltar num tema que já não faz mais sentido discutir, porque passou o tempo da colocação. Mas a questão da contratação dos garis que estão tendo dificuldades de receber os seus proventos, as suas férias, a gente fez um pedido de providências para a Prefeitura, porque o projeto de indicação precisa do apoio político dos outros vereadores e, muitas vezes, os vereadores não entendem da mesma maneira. De qualquer maneira, a gente quer fazer uma comunicação formal para o Executivo, uma sugestão ao Executivo. A gente solicitou que o Executivo Municipal – assim como fez com as merendeiras, com os auxiliares de merenda, com os auxiliares de serviço geral, no Município de Porto Alegre, na questão do colégio municipal – que faça uma contratação emergencial de garis, mesmo que seja para contratar os que já estão hoje porque a gente entende que isso é mais dignidade para o trabalhador e maior segurança jurídica e segurança na prestação de serviços para o Município. A gente tem profundas críticas com relação ao modelo de contratação, pura e simplesmente, por menor preço, na terceirização. Não é concordar com a esquerda necessariamente, mas precisamos admitir que existem problemas nesse modelo de contratação de terceirização pura, do

jeito que está, por exemplo, a questão da limpeza. Porque não se avalia necessariamente a capacidade técnica da empresa de entregar o serviço, não se avaliam necessariamente as condições dadas aos funcionários, se avalia o menor preço, porque a licitação faz a contratação pelo menor preço. Na ânsia de ganhar o contrato, é evidente que muitas empresas acabam contratualizando valores menores do que precisam receber para manter a viabilidade econômica e, a longo prazo, começam a precarizar a prestação do serviço para encaixar o custo dela naquilo que ela recebe. E é muito evidente que isso acontece em todo o poder público, inclusive no Município aconteceu na limpeza das escolas, na prestação das merendas das escolas e está acontecendo agora na prestação da limpeza urbana. A sugestão da contratação emergencial vem do exemplo de sucesso que aconteceu nas escolas de Porto Alegre, não estamos inventando a roda, estamos sugerindo algo que já vem funcionando no Município. Qual é a vantagem desse tipo de contrato? Ao mesmo tempo em que não é um concurso público que vai gerar passivos ao longo dos anos e eventualmente se tornar insustentável, a pessoa é contratada por carteira assinada. Então, toda a contribuição se dá na carteira de trabalho. Se o nosso sistema da carteira de trabalho funciona, no Brasil, e funciona para as pessoas que trabalham em empresas terceirizadas e funciona inclusive com o voto dos vereadores aqui que aprovaram a contratação emergencial, é um modelo possível a ser trazido para o nosso sistema de limpeza urbana. Entretanto, só trazendo o exemplo das merendeiras, foi me passado pela Secretaria de Educação que a contratação emergencial das merendeiras aumentou a renda das mulheres e trabalhadores que trabalham nos colégios municipais de R\$ 1.300,00 para R\$ 2.600,00; praticamente dobrou o salário. E eu perguntei para a responsável na Secretaria de Educação: “Quanto mais o Município paga pela contratação emergencial?” Porque esse trabalhador está ganhando o dobro, é evidente que se está pagando, gastando mais por parte do poder público. E a resposta da Secretaria da Educação foi: “Não, nós estamos economizando nesse modelo de contratação R\$ 6 milhões por ano.” Então, o trabalhador ganha o dobro, talvez 120% do que ganharia para uma empresa terceirizada, a Prefeitura está pagando menos e está garantindo mais dignidade para o trabalhador. Esse é um modelo que tem que ser replicado em outros contratos do Município. Tenho certeza de que, se nós encaminhássemos esse tipo de contratação para os garis que estão hoje em greve, porque não estão recebendo os seus direitos trabalhistas, eles voltariam a trabalhar e trabalhariam com muito mais satisfação e muito mais dignidade. É a sugestão de fazer a contratação emergencial, pagando diretamente para os funcionários, no novo modelo de contratação que foi permitido pela reforma feita pelo governo Temer. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Minha cara, Ver.^a Nádia, que está presidindo os trabalhos neste momento, eu quero concordar com o Sangalli

quando disse: às vezes, o tempo já passou. Mas vou voltar um pouco àquilo que se falou hoje aqui na sessão, falarei pouco. Mas vou registrar que eu, na semana passada, recebi ligações dizendo: “Ferronato, o que aconteceu que o Ver. Cecchim publicou teu contracheque num grupo de WhatsApp chamado ‘confraria, oficina dos amigos’, ou coisa assim?” Mas isso é apenas uma preliminar. Na segunda-feira desta semana, na Rádio Guaíba, ouvi que, na verdade, eu estaria ganhado um valor de R\$ 41 mil – não é meu salário, mas não vem ao caso, nenhum problema –, e que eu trabalhei durante a minha vida funcional apenas dois anos na Fazenda e me aposentei. Nisso eu não vou me calar, vai haver uma necessidade de reparação política. Repito, comecei minha vida na iniciativa privada, depois fui servidor público por mais de 40 anos, trabalhei na União e no Estado por diversos anos, fui para a Câmara, voltei para da Secretaria da Fazenda, não é possível se calar diante disso. Não tenho idade suficiente, até bem pouca, para ouvir esse tipo de mentira calado. Por outro lado, hoje tivemos também na Guaíba a resposta daquela mensagem que eu enviei, dizendo que não era isso, e o que falou o repórter foi o seguinte: “é mais isso aí, o contracheque andou correndo na Câmara”. Também vou dizer: nenhum problema, agora, acredito que não é e não seriam necessárias agressões nesse nível para discutir questões que são do dia a dia da Câmara. Portanto, eu estou abrindo este espaço para dizer que vou tomar minhas providências porque não vou admitir que se fale, para o Rio Grande do Sul e para Porto Alegre, que eu não trabalhei. Trabalhei muito, trabalhei no serviço público por bem mais de 40 anos, e não é possível nós ouvirmos isso calados. Um abraço a todos e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Presidente, vereadores, vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara. Eu quero trazer um assunto que até nós temos discutido pouco aqui na Câmara, tendo em vista que, nos últimos dias, meses, a Previdência – Ver. Idenir Cecchim, que é algo muito importante – tomou conta do debate na Câmara de Vereadores, e nem poderia ser diferente, tendo em vista a importância desse projeto para a cidade de Porto Alegre, para o Brasil inteiro e para todos os trabalhadores, que é a Previdência. Mas o que está me preocupando e, na primeira conversa que eu fiz com o prefeito eleito Sebastião Melo, Ver. Pablo, eu fiz algumas colocações para ele, daquilo que a gente viveu nos últimos quatro anos aqui nesta Câmara, e eu, como líder do governo, junto com o Ver. Moisés e com o Ver. Claudio Janta, passei aqui alguns embates de alguns assuntos que são muito importantes e um deles – fiz essa colocação para o prefeito Sebastião Melo já eleito, antes de ele assumir – é a preocupação com o transporte público, principalmente de ônibus, na cidade de Porto Alegre.

No governo passado, nós tivemos vários projetos apresentados pelo prefeito Nelson Marchezan, muitos deles redigidos ou discutidos com o nosso secretário Rodrigo Tortoriello, que é uma pessoa reconhecida no Brasil e que trouxe alguns projetos bastante polêmicos, diga-se de passagem, para discutir o transporte público. E, infelizmente, nós não conseguimos avançar muito, talvez, o secretário já tenha chegado em mais da metade do governo para frente, já próximo a eleições, e uma parte dos vereadores não entendeu a situação, e nós não conseguimos avançar. Fizemos alguns ajustes e alguns avanços, e tenho certeza de que nós vamos ter de debater muito nesta Casa esse assunto.

Venho falar e discutir esse assunto porque comecei a buscar o que está acontecendo no País. Nós temos grandes problemas no transporte público e não é só em Porto Alegre, Porto Alegre é um dos melhores lugares ainda em que funciona o transporte público em relação a outras capitais, São Paulo, Rio de Janeiro já tiveram problemas maiores; Salvador, intervenção do governo nas empresas de ônibus; incêndios queimando linhas BRTs no Rio de Janeiro; mais de 66 mil pessoas que são ligadas ao transporte público perderam o seu trabalho. Nós tivemos 238 greves de transporte público no País, e Porto Alegre ainda está conseguindo se manter, e por que isso? O transporte público vem sofrendo, ao longo dos anos, perda de usuários, de pessoas que deixam de andar no transporte público, estão buscando outros meios. Talvez porque o transporte não conseguiu atender de forma qualificada como as pessoas gostariam, e ele vem, ano a ano, diminuindo o número de passageiros no transporte, com isso a passagem, no sistema de Porto Alegre, principalmente, aumenta o preço e diminui o número de passageiros. Aumentou o valor, ela vai ficando cara e não consegue trazer qualidade, e os outros meios de transporte foram ganhando força. A entrada dos aplicativos mudou ainda mais o sistema de transporte público, criando mais problemas. Então, nós, vereadores, vamos ter de nos debruçar sobre esse sistema logo ali na frente. Tenho certeza de que o prefeito deve estar, junto com a Previdência, preocupado e vai estar mandando um projeto desta natureza, para que a gente faça o debate. Não podemos, simplesmente, politizar o debate, pois que quem vai sofrer é o trabalhador. Nós tivemos um debate longo, muito árduo, muito difícil, aqui na Câmara, que foi a questão dos cobradores de ônibus - e eu tenho certeza de que esse debate vai voltar - e, na época, eu, inclusive, fui muito atacado, como líder do governo, porque defendia o projeto. E o projeto era bom, não só para a cidade, como também para os cobradores. Infelizmente, foi politizado, e o sindicato dos rodoviários passou informação trocada para os trabalhadores, para os cobradores para os motoristas, e eles ficaram totalmente contra. E muito daqueles que eram contra a votação daquele projeto perderam seus empregos e outros tantos perderão, se nada for feito. Na época, lembro bem do projeto, nenhum cobrador perderia seu emprego, todos eles seriam mantidos e teriam a garantia do emprego; infelizmente, não entenderam, não votamos. Nós tivemos um embate muito forte na Câmara, não vou nominar os vereadores, mais ficava 18 a 18, e acabamos perdendo esse projeto. Depois degringolou, e muito daqueles cobradores que nos atacavam perderam seus empregos, porque aquele projeto não foi aprovado. Se tivesse sido aprovado, talvez ainda tivessem a garantia do emprego. Então, nós vamos

ter de tomar medidas difíceis, e faço um apelo aos deputados federais, ao governo federal, para que façam alguma coisa para ajudar o transporte público. No sistema atual, não só em Porto Alegre, mas no Brasil inteiro, o transporte vai ter uma grande dificuldade. E nós não podemos esperar que a questão do transporte público, em Porto Alegre, chegue o caos como está acontecendo hoje no Rio de Janeiro, e como já aconteceu em São Paulo. Então, é um debate que nós, vereadores, temos a obrigação de fazer, porque é uma obrigação do poder público oferecer o transporte público. Se nada for feito, vai virar um caos como em outras cidades. Tenho certeza de que Porto Alegre sairá na frente, e buscaremos soluções em conjunto. Muito obrigado, Presidente

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, e membros desta Casa, eu queria continuar seguindo o raciocínio do Ver. Jessé. Nós já vimos várias partes do setor público, presenciamos, por mais de 3 anos, a questão das merendeiras das escolas de Porto Alegre. Temos um problema crônico que é a questão da segurança, da vigilância nas escolas de Porto Alegre. Nós temos esse problema que é um problema de saúde pública. Eu peço às pessoas que estão nos escutando, através da Rádíoweb, da TVCâmara, do YouTube e por todas as plataformas, que comecem a observar, quando chegam os caminhões na frente da sua casa, e vejam o que é disponibilizado por essa empresa. O Ver. Ramiro Rosário falou muito bem, e o judiciário endossa, quando disse que a empresa ganhou o pregão pelo menor preço. Então, não adianta dizer que o contrato é de R\$ 23 milhões, que era o que previa o pregão, seja a OAB, seja lá quem for que vá administrar esse contrato, é valor do contrato, porque é o valor que o Tribunal de Contas exige. Não se faz um contrato em cima do serviço e do preço; fazem um contrato em cima somente do preço e não se sabe o que a empresa disponibiliza. Essa empresa ganhou a licitação de Porto Alegre e não tinha nem caminhão, nem máquinas para fazer a coleta. Ela foi pedir emprestado, foi alugar de outras empresas de Porto Alegre, porque o contrato, por ser o de menor preço, não incluindo preço e qualidade, não previa o material de proteção para os garis, que nem sequer usam luvas, mas, quando usam luvas, usam uma luvinha de plástico que não consegue proteger esses garis de nada. Eles não têm bota, não têm um tênis adequado, os macacões são de tecido tão fino quanto o de uma máscara. Por quê? O contrato prevê isso, o contrato não vê o trabalho, vê só o preço. Isso está errado. É um absurdo fazer um contrato para dar merenda para uma criança, visando só o preço e não a qualidade do arroz, a qualidade dos insumos. Visa preço, tu fazes um contrato para botar segurança nas escolas, mas visa preço e não a capacidade de quem vai estar cuidando dos filhos das pessoas nas escolas. Então, isso tem de ser revisto e não pelos gestores públicos; eu tenho certeza de que nenhum gestor público quer o mal das pessoas, nenhum gestor público, que chega a ser prefeito de uma cidade, vai querer que

as pessoas que fazem a coleta de lixo, por exemplo, e não recebam o que é de praxe. Não é a primeira vez que essa empresa faz a cidade de Porto Alegre sua refém. Não é a primeira vez que esta empresa joga seus colaboradores ou empregados, seja lá o que for, num regime de trabalho arcaico, semiescravo. Uma vez, eu estava passando por uma rua, e um menino que recolhe o lixo cortou a mão. Eu queria levá-lo para a UPA, mas ele disse que não poderia ir para UPA, porque iria perder o emprego. E aí, pasmem, dentro do caminhão tem um kit de curativos que os colegas fazem os curativos. Geralmente são dedos que eles machucam, raramente são os pés. Os colegas colocam as gazes, amarram e vão embora. Eu faço aqui um apelo ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas, pois essa empresa não pode cuidar dessa questão de saúde da população de Porto Alegre que é o lixo. Já me processaram uma vez e podem me processar de novo, mas agora não pode um criminoso processar uma pessoa de bem, como já fizeram comigo, já fizeram com o Ramiro e devem ter feito com mais um ou dois membros desta Casa ou com pessoas que questionam os contratos e a forma de atuação dessa empresa.

Quero reafirmar aqui que os contratos feitos em todo o setor terceirizado são exigências do preço, não exigências da qualidade. Está errado! Nós temos que ver a qualidade e o preço, não somente o preço, porque daí nós vamos contratar o mais baixo e vamos ver esse absurdo que a BA – Belém Ambiental - faz na cidade de Porto Alegre, com a população de Porto Alegre e com os seus trabalhadores, dos quais muitos são imigrantes que estão aqui no nosso País e aí são obrigados, pela sua cultura, a se sujeitar a essa humilhação. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Requerimento): Requeiro que, na forma regimental, entremos imediatamente na Ordem do Dia, nesta sessão.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vereador, nós precisamos inverter a ordem, porque nós precisamos correr a Pauta Especial.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Até em cima do discurso do Ver. Janta e do Ver. Ramiro, esse contrato - é só um esclarecimento - tem que ser reclamado para o Judiciário. Ele foi assinado por ordem do Judiciário, em 2015. Essa empresa foi desqualificada e, por ordem do Judiciário, foi feito esse contrato. Então, a reclamação que todos devem fazer é ao Judiciário.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Pela ordem normal dos trabalhos, passaríamos agora para a Ordem do Dia, então, Ver. Pedro Ruas, não há necessidade de V. Exa. solicitar por requerimento. Entretanto, foi encaminhado a esta Mesa o pedido de inversão da ordem dos trabalhos para que nós possamos cumprir a Pauta. A Pauta Especial trata do projeto de lei do Executivo do microcrédito, o PLE nº 005/21, e temos também vários projetos aqui tramitando em 1ª sessão de Pauta.

Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta Especial e de Pauta. Após retornarmos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA ESPECIAL - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/10 minutos/com aparte)

3ª SESSÃO

PROC. Nº 0339/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 005/21, que institui o Programa Municipal de Microcrédito, altera a Lei nº 12.744, de 6 de novembro de 2020, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021, altera a Lei nº 12.297, de 4 de setembro de 2017 que institui o Plano Plurianual 2018-2021. **(SEI 118.00112/2021-77)**

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Márcio Bins Ely, eu já fiz discussões, nas duas primeiras vezes, sobre este projeto, o PLE nº 005/21, em Pauta. Apenas esclareço V. Exa. que nós estamos, hoje, a quatro sessões sem votar projetos, porque o governo retira o quórum logo após a chamada para a Ordem do Dia. Por isso pedi que nós seguíssemos o Regimento e, portanto, entrássemos na Ordem do Dia.

Com relação à Pauta Especial, já me manifestei sobre aspectos positivos, bastante positivos, do projeto do Executivo Municipal do microcrédito. Não é a primeira vez que ocorre em Porto Alegre algo semelhante, mas é importante que ocorra. Agora, dá a impressão de que este projeto foi feito às pressas – o outro lado. Porque há dados, pelo nosso levantamento, Presidente, que não estão contemplados, como, por exemplo, quem escolhe quem vai ser beneficiário do microcrédito? O projeto não coloca a forma de escolha ou seleção. Por óbvio, o microcrédito interessa a todos. A todos! É importante salientar isso. Mas a seleção, a escolha não está contemplada no projeto, e isso nos gera dúvidas. Eu sei que o governo não gosta que a gente questione sequer uma vírgula dos seus projetos; mas, via de regra, os projetos são malfeitos, tanto que precisam inúmeras emendas. Qualquer projeto que vem do Executivo precisa ser emendado “n” vezes. Nós não temos aqui um critério de escolha, e isso nos dá insegurança. Nós sabemos que o governo tem todo um carinho especial com os seus aliados; e tem, com relação a quem não o apoia - como por exemplo os servidores públicos, já que ele quer terminar com o serviço público -, um outro olhar, um olhar ruim, negativo. O projeto tem pontos positivos que eu já destaquei, não preciso repetir,

falei só sobre isso na última sessão, inclusive; mas esse ponto da escolha, da seleção, me preocupa bastante.

Um outro ponto, Presidente, é, exatamente, de onde vêm os recursos? A própria Procuradoria da Casa fez questionamentos sobre isso. E eu não sei se eles estão respondidos, não me foi passado isso. Eu fiz os mesmos questionamentos. E quando fiz contato e busquei informações na Procuradoria, eu não tive essas respostas. Então, essa questão é importante também: de onde vêm os recursos? Vejam bem, eu quero deixar claro, principalmente para as pessoas que podem não ter entendido: eu gostei do projeto do microcrédito, e em duas sessões anteriores, eu salientei os seus aspectos positivos, numa análise que fizemos de vários dias; hoje, estou salientando os negativos, que até podem ser sanados, mas, de fato, preocupam-nos. Porque estamos num governo, repito, há cinco meses, e ele não apresentou qualquer projeto de combate à pandemia. E nem este projeto ele apresenta com essa característica; este está mais vinculado à promessa de campanha eleitoral. O único projeto apresentado foi o de compra de vacinas, que nós demos unanimidade na aprovação e não foi comprada nem meia dose de vacina. Nem meia dose – não adiantou de nada a aprovação!

O governo poderia colocar um auxílio emergencial, poderia colocar cestas básicas distribuídas, dando ciência a esta Câmara, porque se é verdade que distribuem, distribuíram sempre, não foi pela pandemia. E se é verdade que é pela pandemia, tem que dar ciência à Câmara, até para receber elogios. Eu seria o primeiro a elogiar, quando souber disso; só que eu não sei. Distribuição de álcool em gel nunca existiu. Melhoria no saneamento básico em comunidades com esgoto a céu aberto, cloacal e pluvial? Continua tudo como estava.

Então, de onde vêm os recursos para o projeto do microcrédito? Se são recursos especiais criados e destinados para esse fim, isso é ótimo, isso é muito positivo! Mas se são recursos que poderiam ser utilizados diretamente no beneficiamento das famílias carentes, tem que haver um novo debate, se lá no critério de escolha, vejam que eu estou colocando uma possibilidade, não é uma acusação, mas é uma obrigação, nem sei se todas as pessoas poderiam - alguém disse esses dias aí, acho que foi o Ver. Cecchim, meu ilustre amigo, até de uma forma jocosa, que teria que haver manual de Questão de Ordem ou algo assim – deveria haver um manual geral na atuação do vereador. Nós aqui legislamos e fiscalizamos, e fiscalizamos, essa é a nossa obrigação. É claro, que nem todo mundo gosta de fiscalizar, fiscalizar impõe uma certa cordialidade do governo, para não dizer outra coisa, mas cordialidade com certeza, às vezes, vira ódio, aí o prefeito não fala? Não tem ódio, mas estabelece pessoas que vão falar por ele, em nome dele. É esse o sistema em Porto Alegre, essa forma, as pessoas vêm em cima, dizem coisas terríveis, com pouca educação, ou nenhuma e, às vezes, até com palavras de baixo escalão, é terrível isso. Por isso pedi isso ao atual governo, porque é o governo o responsável. Então essa é a circunstância que nós temos que examinar com responsabilidade. Nós precisamos fiscalizar. Vamos imaginar - Presidente Ver. Márcio Bins Ely, e eu não estou, repito, acusando, mas é minha obrigação prever, eu sou um legislador, com sete mandatos de legislação -, que o governo comece a selecionar por amizade, partidariamente, eu não estou acusando. Mas

é preciso ter um mecanismo na lei que me garanta que essa seleção será limpa e isenta. É a lei que decide, não são as pessoas. Aliás, as leis, em princípio, são para sempre. Então pode esse governo agir muito bem, num futuro não agir tão bem. Nós sabemos que, no governo passado, as relações entre prefeito e vice-prefeito eram péssimas, não é o caso deste. Mas, no início do outro governo, também não eram. Então, a lei tem que garantir, não as pessoas. “Ah! Eu dou a minha palavra”. Eu acho que não cumpriu a palavra. Mas a pessoa não é eterna, então, nós temos que ter a garantia na lei, não tem outra escolha. Quem vai poder ser beneficiário do microcrédito? Eu já elogiei o projeto na outra sessão, é bom lembrar, eu já elogiei o projeto, que não há lá no RecuperaPOA, lá não há. O Ver. Pablo Melo falou: “Os grandes beneficiários, os médios também, os pequenos também. Não, com todo respeito a V. Exa., um jovem e brilhante vereador. Os grandes não têm que ser beneficiários de coisa nenhuma, de coisa nenhuma, eles já são gigantes. Imagina agora alguém dar um benefício ao Bradesco. Aproveitando, abro um parêntese e pergunto de novo, acho que a décima vez, por que, por que o Município de Porto Alegre não está cobrando ISS dos bancos? Cujas isenção vigeu – palavra é feia, mas é correta -, na cidade, até 1984, mas não vige mais, eles são obrigados a pagar o ISS, por que não pagam? A fruteira da esquina paga, os escritórios de advocacia pagam? Por que os bancos, que não são mais isentos, há quase 30 anos, por que não estão pagando? Por que o governo não responde a isso? Um governo que fala em falta de caixa, necessidade de podar direitos dos trabalhadores, das trabalhadoras, por que não responde essa pergunta básica de solução do orçamento, sobre a sua receita? Então, encerro aqui, Presidente, agradeço a tolerância da Mesa, no sentido em que há necessidade que o governo responda sobre o microcrédito, a origem dos recursos e como será o critério de seleção ou escolha. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Quero registrar a presença do ex-vereador João Carlos Nedel.

Vereadora Reginete Bispo (PT) (Requerimento): Presidente, dado o esvaziamento do plenário, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Solicito à Diretoria Legislativa que proceda à chamada nominal para verificação de quórum, solicitada pela Ver^a. Reginete Bispo (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) 11 vereadores responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Não há quórum. Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h37min.)

* * * * *